

Conquistas garantidas em Brasília, agora patrimônio da humanidade

por Mariângela Hamu
de Brasília

O embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, nos seus primeiros anos em Brasília, dizia que os palácios da cidade eram tão "frios" e "inóspitos", que nem o arquiteto Oscar Niemeyer, que os havia concebido, seria capaz de morar num deles e sobreviver. O tempo mostrou que o diplomata tinha alguma razão, pois nenhum governante conseguiu morar no Alvorada — residência oficial dos presidentes brasileiros — sem o conforto de uma casa de campo por perto. Alguns, como os generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, o trocaram por uma granja nos arredores da capital.

Quase 28 anos se passaram desde a inauguração da cidade e a frieza dos seus palácios, se dependesse do seu criador, teria inspirado os homens do poder a jamais desejar habitá-los por períodos muito longos. Hoje, o traçado e os belos monumentos desenhados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a despeito das opiniões que se tem deles, são internacionalmente reconhecidos como a melhor expressão das concepções urbanísticas e arquitetônicas do modernismo, e estão inscritos na Unesco como patrimônio da humanidade, assim como a cidade de Olinda ou a grande muralha da China.

Para conquistar este privilégio, o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, negociou durante mais de um ano, ao lado do embaixador do Brasil na Unesco, o escritor Josué Montello. Ele precisou, para inscrever Brasília como patrimônio da humanidade, além da arte de Lúcio Costa e Niemeyer, de se comprometer, por decreto, a preservar os monumentos e o traçado original do Plano Piloto, vencedor de um concurso internacional promovido em 1957 por Juscelino Kubitschek.

O que esta conquista pode trazer para os habitantes desta cidade ironicamente batizada de "ilha da fantasia" pelas regalias que a parte privilegiada de seus moradores usufrui?

Primeiro — assegura o secretário de Cultura do DF, D'Alembert Jaccoub — garantias de que seus direitos e conquistas mais caras, proporcionadas pela arte do arquiteto e do urbanista, estarão preservados. Os moradores do Plano Piloto — que são um terço de toda a população do Distrito Federal — continuarão com direito ao espaço, ar puro, a uma ampla visão do céu e ao verde, e seus filhos poderão crescer neste espaço que é considerado pela Unicef o mais adequado, em todo o mundo, para o desenvolvimento da criança.

O plano original de Lúcio Costa e Niemeyer prevê que cada superquadra, cujos blocos de apartamentos nunca poderão ter mais que seis andares, estará cercada por uma faixa de vinte metros densamente arborizada; que a taxa máxima de ocupação dos conjuntos habitacionais será de 15% da área verde; que as áreas livres entre as superquadras destinam-se à edificação para atividades de uso coletivo; e que será mantido o acesso público à orla do lago em todo o seu perímetro, à exceção dos terrenos onde estão os clubes.

A inscrição na Unesco dará à cidade o reconhecimento internacional que ajudará seus dirigentes a negociar, junto a organismos internacionais, verbas para preservar todo este patrimônio. Este dinheiro não virá automaticamente, mas quando vier permitirá que a administração do DF proteja melhor, com o orçamento próprio, a parte da cidade que não foi objeto de tantas honrarias.

Uma das áreas mais nobres da cidade, o Lago Norte, embora acolha mais de 10 mil famílias abastadas e seja um bairro vizinho do Plano Piloto, não dispõe, sequer, de rede de esgotos e um sistema razoável de segurança e transporte, é uma pena que toda a arte de Niemeyer e Lúcio Costa não tenha sido usada para organizar a vida de dois terços da população do Distrito Federal — mais de um milhão de habitantes — que vivem nas cidades satélites, em condições muitas vezes subumanas.